

5 de novembro de 2012

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 30 de setembro de 2012

CAPITAL

- **Rácio core tier I atinge 12,8%* de acordo com critério BdP e 10,3%* de acordo com critério EBA**, em linha com o plano de capitalização
- **Realização, com sucesso, do aumento de capital**: procura foi 163% da oferta

LIQUIDEZ

- **Melhoria do gap comercial**: redução de 7,3 mil milhões de euros do gap comercial face a setembro de 2011, com o rácio de crédito sobre depósitos (BdP) em 138% e o rácio de crédito líquido sobre recursos de balanço em 121%
- **Aumento de 4,8% dos recursos de balanço de clientes** face ao período homólogo
- **Evolução do crédito em linha com o plano de liquidez**: -5,9% face ao período homólogo

RENDIBILIDADE

- **Resultado líquido acumulado de -796,3 milhões de euros**, penalizado pelas imparidades para perdas estimadas e resultados associados à operação na **Grécia no valor de -531,6 milhões de euros**
- **Aumento do resultado líquido da Polónia, Moçambique e Angola**
- **Redução de custos**, beneficiando principalmente do desempenho de Portugal. **Programa de reestruturação** em Portugal, em linha com o novo modelo de negócio e a atual conjuntura
- **Reforço das imparidades em Portugal de 813,0 milhões de euros**. **Implementação de um novo modelo de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito**

Com a conclusão do processo de capitalização e os resultados em linha com o plano, não obstante o contexto macroeconómico mais difícil, estamos melhor preparados para o futuro e para apoiar a economia

* Inclui aumento de capital de 500 milhões de euros concluído em outubro de 2012. Excluindo este impacto os rácios situam-se em 11,9% (BdP) e 9,4% (EBA).

Direção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
fvalente@millenniumbcp.pt
joagodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12 / 11
Balço			
Ativo total	89.274	95.932	-6,9%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	69.069	73.379	-5,9%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	66.535	64.552	3,1%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	53.838	51.351	4,8%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.272	45.312	4,3%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	139%	154%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	138%	152%	
Resultados			
Resultado líquido	(796,3)	97,6	
Margem financeira	770,9	1.196,8	-35,6%
Produto bancário	1.652,1	1.983,6	-16,7%
Custos operacionais	1.031,0	1.065,9	-3,3%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	1.236,6	764,0	61,9%
Outras imparidades e provisões	184,4	167,0	10,4%
Impostos sobre lucros			
Correntes	52,8	57,1	-7,5%
Diferidos	(112,1)	(231,8)	-
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,4%	2,7%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	-1,1%	0,2%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	-1,2%	0,0%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-30,4%	3,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	-26,2%	-0,4%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	8,4%	6,2%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	2,6%	2,2%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	13,4%	9,5%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	7,9%	5,7%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,1%	95,5%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	66,1%	56,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	67,9%	54,0%	
Custos com pessoal / Produto bancário	37,0%	31,0%	
Capital ⁽⁶⁾			
Fundos próprios totais	6.693	5.161	
Riscos ponderados	54.847	57.424	
Rácio Core Tier I ⁽²⁾	11,9%	9,1%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽²⁾	11,2%	8,4%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽²⁾	12,2%	9,0%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	861	882	-2,4%
Atividade internacional	851	848	0,4%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	9.866	10.043	-1,8%
Atividade internacional	11.456	11.551	-0,8%

Nota: os indicadores referentes ao exercício de 2011 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de setembro de 2011.

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(4) Com base no resultado antes de impostos e interesses que não controlam.

(5) Exclui impacto de itens específicos.

(6) Em 30 de setembro de 2011 inclui operação de liability management sobre ações preferenciais.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2012

No final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela *International Accounting Standard (IAS) 19* Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de capitais próprios. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, bem como em relação aos meses decorridos do exercício de 2011, para efeitos comparativos.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp foi negativo em 796,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, comparando com o lucro de 97,6 milhões de euros apurado no período homólogo de 2011 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística).

A evolução do resultado líquido consolidado foi penalizada pelas imparidades e provisões constituídas na atividade em Portugal nos primeiros nove meses de 2012, no montante de 813,0 milhões de euros, e pelo registo de imparidade para perdas estimadas e pelo resultado líquido negativo gerado na operação na Grécia, no montante global de 531,6 milhões de euros. Na atividade internacional, o resultado líquido foi condicionado pela atividade desenvolvida na Grécia, apesar de ter sido favoravelmente influenciado pelos desempenhos do Bank Millennium na Polónia, excluindo a flutuação cambial do zloti face ao euro, e do Banco Millennium Angola.

Nos primeiros nove meses de 2012, os custos operacionais excluindo itens específicos reduziram 1,8%, beneficiando fundamentalmente do desempenho da atividade em Portugal (-3,5%).

O resultado líquido dos primeiros nove meses de 2012 inclui:

- as dotações para imparidade efetuadas na atividade em Portugal, no montante de 813,0 milhões de euros;
- o registo de imparidade para perdas estimadas e o resultado líquido negativo na operação na Grécia no montante de 531,6 milhões de euros, anteriormente mencionados;
- o impacto desfavorável na margem financeira das operações de *liability management*, efetuadas em 2011, no montante de 144,0 milhões de euros, e da emissão em 2012 de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português, no valor de 67,4 milhões de euros;
- a contabilização de um custo no montante de 51,1 milhões de euros relacionado com as comissões pela emissão de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado Português;
- a recompra de emissões próprias de títulos de dívida geradora de uma mais-valia de 184,3 milhões de euros;
- os ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação de 42,7 milhões de euros; e
- o impacto favorável da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros.

Por seu turno, o resultado líquido dos primeiros nove meses de 2011 inclui:

- as perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação de 126,1 milhões de euros;
- a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e com o plano complementar de colaboradores, no montante global de 48,3 milhões de euros; e
- o reconhecimento do imposto diferido ativo no montante de 132,5 milhões de euros no âmbito da reorganização das participações financeiras do Grupo.

A **margem financeira** cifrou-se em 770,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, comparando com 1.196,8 milhões de euros no mesmo período de 2011.

A margem financeira da atividade em Portugal evidencia os impactos do efeito taxa de juro desfavorável, refletindo o aumento do custo do financiamento, e do efeito volume de negócios negativo, influenciado pelo desempenho da carteira de crédito a clientes. No terceiro trimestre de 2012 a margem financeira incorpora já o impacto associado à emissão de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português no âmbito do processo de capitalização do Banco. Na atividade internacional, a margem financeira repercute a evolução apurada pelo Millennium bank na Grécia, não obstante os crescimentos evidenciados pelo Bank Millennium na Polónia e pelo Banco Millennium Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,22% nos primeiros nove meses de 2012, que compara com 1,75% em igual período de 2011, induzida pelo impacto das operações de *liability management* concretizadas no decurso do segundo semestre de 2011 e da emissão em 2012 de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português e pelo maior custo dos depósitos a prazo de clientes, beneficiando, no entanto, do efeito do esforço de *repricing* ao nível da carteira de crédito a clientes.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	30 set. 12		30 set. 11	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.669	1,33	4.198	1,66
Ativos financeiros	10.813	4,46	12.631	4,06
Créditos a clientes	67.227	4,54	73.461	4,31
Ativos geradores de juros	82.709	4,35	90.290	4,15
Ativos não geradores de juros	8.702		7.700	
	91.411		97.990	
Depósitos de instituições de crédito	17.478	1,53	20.207	1,69
Depósitos de clientes	48.220	3,30	46.732	2,79
Dívida emitida e passivos financeiros	15.916	3,61	20.192	2,36
Passivos subordinados	2.242	6,84	1.608	2,89
Passivos geradores de juros	83.856	3,08	88.739	2,44
Passivos não geradores de juros	3.302		3.620	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	4.253		5.631	
	91.411		97.990	
Taxa de margem financeira		1,22		1,75

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em setembro de 2012 e de 2011, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** situaram-se em 516,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que compara com 594,5 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011. Na atividade em Portugal, excluindo o efeito das comissões relacionadas com a garantia prestada pelo Estado Português, diminuíram 6,7% face ao período homólogo de 2011. Na atividade internacional aumentaram 0,4%, beneficiando do crescimento da generalidade das rubricas de comissões nas subsidiárias em Moçambique e em Angola.

As comissões líquidas refletem:

- a diminuição das comissões relacionadas com o negócio bancário (-2,2%);
- a quebra das comissões relacionadas com os mercados financeiros (-17,7%), como resultado da persistência de fatores de incerteza nos mercados de capitais, materializando-se num desempenho desfavorável na atividade de gestão de investimentos financeiros; e
- o custo associado a emissões de dívida do Banco com garantia prestada pelo Estado Português, no montante de 51,1 milhões de euros, relevado nos primeiros nove meses de 2012.

Os **resultados em operações financeiras** ascenderam a 358,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que comparam com 181,2 milhões de euros relevados em igual período de 2011, refletindo o impacto da mais-valia resultante da recompra de emissões próprias de títulos de dívida no montante de 184,3 milhões de euros, relevada na atividade em Portugal. Na atividade internacional, o comportamento dos resultados em operações financeiras foi influenciado essencialmente pelas operações sobre títulos e derivados, apesar dos maiores resultados em operações cambiais.

A evolução dos resultados em operações financeiras na atividade em Portugal, face ao período homólogo de 2011, foi potenciada pelos maiores ganhos relacionados com operações de recompra de emissões próprias de títulos de dívida e com títulos da dívida pública portuguesa classificada em negociação, não obstante a evolução desfavorável de operações associadas a instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option*.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 40,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, comparando com ganhos de 7,6 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

Na atividade em Portugal, a evolução dos outros proveitos de exploração líquidos foi induzida pelas maiores perdas associadas à reavaliação de ativos (dações), no montante de 13,4 milhões de euros, quando comparado com os primeiros nove meses de 2011, em conjugação com o maior nível de impostos, no montante de 5,9 milhões de euros, face ao período homólogo de 2011. Nos primeiros nove meses de 2011, os outros proveitos de exploração líquidos incluem o efeito positivo relacionado com um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, no montante de 18,9 milhões de euros.

O desempenho dos outros proveitos de exploração líquidos na atividade internacional beneficiou dos aumentos relevados pelas subsidiárias na Polónia e em Angola.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11
Comissões líquidas	516,0	594,5	-13,2%
Comissões bancárias	490,6	501,6	-2,2%
Cartões	134,1	138,8	-3,4%
Crédito e garantias	129,4	135,8	-4,7%
<i>Bancassurance</i>	52,9	55,4	-4,5%
Outras comissões	174,2	171,6	1,5%
Comissões relacionadas com mercados	76,5	92,9	-17,7%
Operações sobre títulos	44,4	55,9	-20,6%
Gestão de ativos	32,1	37,0	-13,3%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	(51,1)	-	
Resultados em operações financeiras	358,8	181,2	98,0%
Outros proveitos de exploração líquidos	(40,4)	7,6	-
Rendimentos de instrumentos de capital	3,8	1,4	-
Resultados por equivalência patrimonial	42,9	2,1	-
Total de outros proveitos líquidos	881,2	786,8	12,0%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	53,3%	39,7%	

Os **resultados por equivalência patrimonial** aumentaram para 42,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, face aos 2,1 milhões de euros apurados no mesmo período de 2011, traduzindo a superior apropriação de resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas.

Os **custos operacionais** totalizaram 1.031,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que comparam com os 1.065,9 milhões de euros relevados no mesmo período de 2011.

A evolução dos custos operacionais traduz: (i) o impacto favorável da alteração legislativa relacionada com a atribuição de subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros, contabilizado no segundo trimestre de 2012; (ii) a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e com o plano complementar de colaboradores, no montante global de 48,3 milhões de euros, relevada nos primeiros nove meses de 2011; e (iii) o registo de custos com reformas antecipadas de 2,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012 (1,8 milhões de euros em igual período de 2011).

Excluindo estes impactos, os custos operacionais diminuíram 1,8%, refletindo o decréscimo de 11,5% no nível de amortizações do exercício, bem como a diminuição de 0,6% nos custos com o pessoal e a redução de 1,9% dos outros gastos administrativos.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais incorporam os efeitos anteriormente mencionados, pelo que, excluindo aqueles impactos, reduziram 3,5% face aos primeiros nove meses de 2011, como resultado das diminuições apuradas nas amortizações do exercício (-15,2%), nos outros gastos administrativos (-3,5%) e nos custos com o pessoal (-2,5%).

Na atividade internacional, os custos operacionais aumentaram 0,9%, face aos primeiros nove meses de 2011, determinados pela atividade das subsidiárias em Angola e em Moçambique, refletindo o reforço da infraestrutura operacional e o suporte à estratégia de crescimento em curso naqueles mercados, não obstante as poupanças observadas nas subsidiárias na Grécia e na Polónia.

O rácio de eficiência, em base consolidada, excluindo itens específicos, situou-se em 66,1% nos primeiros nove meses de 2012 (56,1% em igual período de 2011), enquanto na atividade em Portugal situou-se em 67,9% nos primeiros nove meses de 2012 (54,0% no período homólogo de 2011).

Os **custos com o pessoal** situaram-se em 550,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012 (569,2 milhões de euros no período homólogo de 2011). No entanto, excluindo os impactos já mencionados, os custos com o pessoal situaram-se em 612,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, evidenciando, deste modo, uma redução de 0,6%, quando comparados com os 615,7 milhões de euros apurados no mesmo período de 2011.

Este comportamento dos custos com o pessoal foi induzido pela diminuição de 2,5% apurada na atividade em Portugal, não obstante o aumento de 3,1% registado na atividade internacional.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal foram influenciados pelo aumento relevado pela subsidiária na Polónia, excluindo a flutuação cambial do zloti face ao euro, a par dos aumentos observados nas operações desenvolvidas em Moçambique e em Angola, repercutindo o efeito do maior número de colaboradores nestas duas últimas operações, face a igual período de 2011, na sequência do reforço das respetivas competências e capacidades operacionais.

Os **outros gastos administrativos** reduziram 1,9% para 418,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, face aos 426,3 milhões de euros contabilizados em igual período de 2011, repercutindo o prosseguimento dos esforços de racionalização e contenção de custos, destacando-se as poupanças obtidas nas rubricas de rendas, publicidade e *outsourcing*.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos diminuíram 3,5%, tendo-se observado, paralelamente, uma redução de 0,1% na atividade internacional. Com efeito, os maiores gastos apurados nas subsidiárias em Moçambique e em Angola foram neutralizados pela redução de custos no Millennium bank na Grécia e no Millennium Bank na Polónia.

As **amortizações do exercício** diminuíram 11,5% para 62,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, face aos 70,4 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

Na atividade em Portugal, as amortizações do exercício reduziram 15,2% face a igual período de 2011, favoravelmente influenciadas pela diminuição do nível de amortizações na generalidade das rubricas. Na atividade internacional decresceram 7,4%, no mesmo período, beneficiando da redução das amortizações do exercício nas subsidiárias da Polónia, da Grécia e da Roménia, apesar dos aumentos relevados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, na sequência dos investimentos efetuados no âmbito dos planos de negócio em curso nestas geografias.

CUSTOS OPERACIONAIS	Milhões de euros		
	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	612,0	615,7	-0,6%
Outros gastos administrativos	418,0	426,3	-1,9%
Amortizações do exercício	62,3	70,4	-11,5%
	1.092,3	1.112,4	-1,8%
Alteração legislativa relacionada com subsídio por morte	(64,0)	-	
Anulação de provisão relacionada com pensões	-	(48,3)	
Custos com reformas antecipadas	2,7	1,8	
	1.031,0	1.065,9	-3,3%
dos quais:			
Atividade em Portugal	589,6	628,3	-6,2%
Atividade internacional	441,4	437,6	0,9%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	67,9%	54,0%	

(1) Exclui os impactos da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte contabilizada no segundo trimestre de 2012 (64,0 milhões de euros), da anulação de provisões relacionadas com pensões apurada nos primeiros nove meses de 2011 (48,3 milhões de euros) e a contabilização de custos com reformas antecipadas (2,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012 e 1,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011).

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** cifrou-se em 1.236,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que compara com 764,0 milhões de euros no período homólogo de 2011. Esta evolução reflete o impacto das dotações para imparidade de crédito relacionadas com a subsidiária na Grécia que ascenderam a 543,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, comparando com 50,9 milhões de euros no período homólogo de 2011.

Na atividade em Portugal, a evolução da imparidade do crédito reflete a persistência de um enquadramento macroeconómico e financeiro adverso e conseqüente deterioração da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) traduz essencialmente o reforço de dotações relevado pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia.

O custo do risco situou-se em 239 pontos base nos primeiros nove meses de 2012, comparando com 135 pontos base apurados no período homólogo de 2011.

As **outras imparidades e provisões** situaram-se em 184,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que comparam com 167,0 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2011.

O comportamento das outras imparidades e provisões traduz sobretudo o reforço de dotações na atividade em Portugal, em particular, o reforço de dotações para imparidade de ativos recebidos em dação que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, evidenciaram uma descida do respetivo valor de mercado, bem como o aumento das dotações de provisões relacionadas com outros riscos, encargos e compromissos.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** totalizaram -59,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012, que compara com -174,7 milhões de euros em igual período de 2011.

Nos primeiros nove meses de 2012, os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 52,8 milhões de euros (57,1 milhões de euros no período homólogo de 2011) e o proveito por impostos

diferidos no montante de 112,1 milhões de euros (proveito de 231,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, repercutindo o registo de um proveito nos impostos diferidos ativos de 132,5 milhões de euros apurado no âmbito do processo de reorganização das participações financeiras do Grupo).

BALANÇO

O **ativo total** consolidado situou-se em 89.274 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, que compara com os 95.932 milhões de euros em igual data de 2011.

O **crédito a clientes** (bruto), ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros relevada em 30 de setembro de 2011, reduziu 5,9%, para 69.069 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, face aos 73.379 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2011.

A diminuição da carteira de crédito, face ao final de setembro de 2011, reflete a contração de 8,0% evidenciada na atividade em Portugal. Na atividade internacional, a carteira de crédito aumentou 1,1%, face a 30 de setembro de 2011, influenciada em parte pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro. Todavia, excluindo o efeito cambial, o crédito a clientes da atividade internacional reduziu na maioria das subsidiárias, não obstante os crescimentos evidenciados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique.

O comportamento da carteira de crédito traduz a retração do crédito a empresas (-8,7%) e do crédito a particulares (-2,8%), na sequência do processo em curso de gradual e progressiva desalavancagem.

Entre os finais de setembro de 2011 e de 2012, a estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, com o crédito a empresas a representar 51% do crédito total concedido em 30 de setembro de 2012, enquanto o crédito a particulares representava 49% da carteira de crédito a clientes.

	CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)		
	Milhões de euros		
	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11
Particulares	34.142	35.141	-2,8%
Crédito hipotecário	29.795	30.592	-2,6%
Crédito ao consumo	4.347	4.549	-4,4%
Empresas ⁽¹⁾	34.927	38.238	-8,7%
Serviços ⁽¹⁾	14.271	15.219	-6,2%
Comércio	3.688	4.440	-16,9%
Construção	4.613	5.500	-16,1%
Outros	12.355	13.079	-5,5%
Total ⁽¹⁾	69.069	73.379	-5,9%
do qual:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	51.776	56.280	-8,0%
Atividade internacional	17.293	17.099	1,1%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de setembro de 2011.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 6,3% em 30 de setembro de 2012 (4,3% em igual data de 2011), induzido pelo desempenho da carteira de crédito a empresas.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 95,1% em 30 de setembro de 2012, que compara com 95,5% em 30 de setembro de 2011. No mesmo período, o rácio de cobertura do total da carteira de crédito por imparidades aumentou para 5,9% em 30 de setembro de 2012 (4,1% no final de setembro de 2011).

O crédito com incumprimento situou-se em 8,4% do crédito total em 30 de setembro de 2012, comparando com 6,2% apurado na mesma data de 2011, e o crédito em risco cifrou-se em 13,4% do crédito total em 30 de setembro de 2012 (9,5% no final de setembro de 2011).

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	1.034	933	3,0%	90,2%
Crédito hipotecário	277	301	0,9%	108,7%
Crédito ao consumo	757	632	17,4%	83,5%
Empresas	3.285	3.176	9,4%	96,7%
Serviços	850	1.208	6,0%	142,2%
Comércio	428	351	11,6%	82,1%
Construção	1.362	716	29,5%	52,6%
Outros	645	901	5,2%	139,6%
Total	4.319	4.109	6,3%	95,1%

Os **recursos totais de clientes** cresceram 3,1%, ajustados de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros relevada em 30 de setembro de 2011, elevando-se a 66.535 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, que compara com os 64.552 milhões de euros apurados em igual data de 2011.

O crescimento dos recursos totais de clientes foi impulsionado pelo aumento de 4,8% dos recursos de balanço de clientes, potenciado quer pelos depósitos de clientes (+4,3%), quer pelos débitos para com clientes titulados (+8,7%). Os recursos fora de balanço de clientes reduziram 3,8% para 12.697 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, face aos 13.201 milhões de euros apurados em 30 de setembro de 2011, repercutindo a evolução tanto dos produtos de capitalização como dos ativos sob gestão.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes mantiveram-se praticamente estáveis, totalizando 48.703 milhões de euros em 30 de setembro de 2012 (48.695 milhões de euros na mesma data de 2011). Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 12,5%, beneficiando da subida tanto dos recursos de balanço como dos recursos fora de balanço de clientes, suportada pelos desempenhos das subsidiárias na Polónia, em Moçambique, na Roménia e em Angola.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

Milhões de euros

	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	53.838	51.351	4,8%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.272	45.312	4,3%
Débitos para com clientes titulados	6.566	6.039	8,7%
Recursos fora de balanço de clientes	12.697	13.201	-3,8%
Ativos sob gestão	3.642	3.767	-3,3%
Produtos de capitalização	9.055	9.434	-4,0%
Total ⁽¹⁾	66.535	64.552	3,1%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	48.703	48.695	0,0%
Atividade internacional	17.832	15.857	12,5%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de setembro de 2011.

Em 30 de setembro de 2012, a estrutura dos recursos totais de clientes era composta maioritariamente por recursos de balanço de clientes, que representavam 81% dos recursos totais de clientes, destacando-se a componente de depósitos de clientes, que representava 71% dos recursos totais de clientes, enquanto os recursos fora de balanço de clientes representavam 19% dos recursos totais de clientes.

A **carteira de títulos** cifrou-se em 12.756 milhões de euros em 30 de setembro de 2012, aumentando ligeiramente face aos 12.433 relevados em 30 de setembro de 2011.

Esta evolução foi influenciada, por um lado, pelo crescimento dos ativos financeiros disponíveis para venda e, por outro, pela redução dos ativos financeiros detidos até à maturidade, traduzindo a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa e grega e o efeito do reembolso de obrigações de emissores privados nacionais.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No terceiro trimestre de 2012, o Banco prosseguiu a execução do Plano de Liquidez, com particular ênfase nas operações de otimização de gestão dos ativos elegíveis para operações de política monetária junto do Banco Central Europeu (BCE). A ação mais relevante consistiu numa nova emissão de obrigações hipotecárias, que reforçou a *pool* em 1,6 mil milhões de euros (após *haircuts*). Globalmente, as operações de otimização de gestão de ativos elegíveis permitiram explicar na sua maior parte o acréscimo de 1,5 mil milhões de euros, para 19,5 mil milhões de euros, verificado na *pool* de política monetária face a 30 de junho de 2012, valor que corresponde ainda a um crescimento de 3,8 mil milhões de euros desde o início do ano.

Nos primeiros nove meses de 2012, a redução do *gap* comercial e a entrada de 3,0 mil milhões de euros relativa à emissão de instrumentos de capital Core Tier I subscritos pelo Estado permitiram amortizar 5,4 mil milhões de euros de dívida de médio-longo prazo colocada em mercado, valor que, compreendendo a amortização antecipada de dívida em condições vantajosas, excedeu o inicialmente previsto no Plano de Liquidez. Em simultâneo, observou-se uma redução da exposição líquida ao BCE para 13,1 mil milhões de euros em 30 de setembro de 2012, quando comparado com os 15,3 mil milhões relevados em 30 de setembro de 2011. Até final do exercício, o valor de instrumentos de médio-longo prazo a amortizar é de reduzida materialidade, prevendo-se a prossecução do esforço de desalavancagem do balanço e, sempre que se justifique, ações de otimização da carteira de ativos elegíveis junto do BCE.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

O rácio Core Tier I situou-se em 11,9% de acordo com as regras do Banco de Portugal e em 9,4% em conformidade com os critérios da EBA (12,1% e 9,7%, respetivamente, em 30 de junho de 2012), refletindo a diminuição do Core Tier I no terceiro trimestre de 2012 (em 216 milhões de euros pelas regras do Banco de Portugal e em 240 milhões de euros pelas regras da EBA), não obstante os riscos ponderados terem também diminuído neste período (793 milhões de euros).

A mencionada diminuição do Core Tier I foi influenciada maioritariamente pelos resultados líquidos negativos apurados no terceiro trimestre de 2012 e pela amortização de impactos diferidos permitidos pelo Banco de Portugal, apesar do seu impacto ter sido parcialmente contrariado pelos aumentos das reservas de justo valor da Millenniumbcp Ageas, dos interesses que não controlam e das diferenças cambiais positivas. A diminuição

dos riscos ponderados traduz fundamentalmente os efeitos do *deleverage* e dos esforços de otimização e reforço de colaterais materializados no decurso do terceiro trimestre de 2012.

No âmbito do Plano de Capitalização do Banco, concluiu-se com sucesso em outubro de 2012 o processo de aumento de capital, no montante de 500 milhões de euros. Considerando o impacto desta operação, o rácio Core Tier I em 30 de setembro de 2012 atinge 12,8% de acordo com as regras do Banco de Portugal e 10,3% de acordo com as regras da EBA.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	30 set. 12	30 jun. 12
Fundos Próprios		
Core Tier I	6.522	6.738
Ações preferenciais e “Valores”	172	172
Outras deduções ⁽¹⁾	(540)	(515)
Base	6.154	6.394
Complementares	678	675
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(139)	(139)
Total	6.693	6.930
Riscos Ponderados	54.847	55.640
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	11,9%	12,1%
Tier I	11,2%	11,5%
Tier II	1,0%	1,0%
Total	12,2%	12,5%
Rácio Core Tier I EBA ⁽²⁾	9,4%	9,7%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas estimadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

(2) Rácio Core Tier I calculado de acordo com os critérios definidos pela EBA. Neste âmbito, o Core Tier I apurado em conformidade com as regras do Banco de Portugal foi deduzido das “Outras deduções (1)” e do buffer para riscos soberanos (848 milhões de euros); os riscos ponderados não sofreram qualquer ajustamento.

Nota: o Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No primeiro semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

PROGRAMA DE RESTRUTURAÇÃO

A atual conjuntura económica requer a melhoria do *gap* de produtividade face à média das instituições ibéricas, do equilíbrio entre funções comerciais e não comerciais e do peso de colaboradores com funções de chefia, o que justifica a implementação de um programa de reestruturação com efeitos ao nível de custos a médio prazo, que sintetizamos de seguida:

Objetivos

- **Ajustar a estrutura** do Banco ao novo contexto - “menos volume, menos crédito, menos margem”
- **Melhorar *span-of-control*** para maximizar o aproveitamento dos recursos
- **Reduzir a fragmentação** das áreas para eliminar interfaces e aumentar a responsabilização (*empowerment*)
- **Aligeirar a estrutura de apoio central** para ganhar em eficiência
- **Processo socialmente responsável**

Linhas orientadoras

- **Redimensionamento do quadro** em linha com os objetivos assumidos no plano de capitalização e *benchmarks* de produtividade médios na indústria
- Otimização da estrutura de **gestão da Rede Retalho** e robustecimento e foco da **função de Marketing**
- Novo modelo de **gestão nas Empresas** com simplificação da **estrutura** e integração com **Marketing** para potenciar o negócio
- Ajuste do modelo de **banca corporativa e do negócio internacional** para potenciar sinergias entre **negócios e geografias**
- Racionalização das **áreas centrais e corporativas** garantindo captura de sinergias funcionais

NOVO MODELO DE GESTÃO DE CRÉDITO

Implementação de um novo modelo de gestão de crédito para fazer face ao contexto macroeconómico, com incidência nas seguintes vertentes:

Concessão

- Maior responsabilização da área comercial
- Transferência da apreciação e aprovação de crédito de clientes em *default* para a D. Crédito

Monitorização

- Alteração do modelo de EWS para obtenção de mais *leading*
- Prevenção e cobrança nas redes comerciais com utilização da capacidade regional das redes

Recuperação

- Especialização organizativa por tipo de ativos / fases do processo
- Transferência do cliente para as áreas de recuperação
- Métricas de performance alinhadas com minimização da perda esperada
- Reforço de 180 FTEs para as áreas de recuperação

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A conclusão das operações de aumento dos capitais próprios previstas no Plano de Capitalização, com a emissão de ações reservada a acionistas no montante de 500 milhões de euros, a continuação do processo de desalavancagem, contribuindo para a redução do *wholesale funding*, a concretização das iniciativas mais relevantes integradas na Agenda de Gestão, compreendendo os temas de solidez financeira, gestão do risco e simplificação da organização/eficiência, e a elaboração do Plano de Reestruturação submetido à Comissão Europeia na sequência do Apoio do Estado constituíram os acontecimentos mais significativos na atividade do Banco no 3.º trimestre de 2012. Merecem também saliência neste período:

- No âmbito do Plano de Capitalização do Banco, concluiu-se com sucesso o processo de aumento de capital, com subscrição pelos acionistas no exercício do direito legal de reserva de preferência, através da emissão de 12.500 milhões de novas ações, pelo montante de 500 milhões de euros.
- Foram concluídas ou estão já em fase de implementação as principais iniciativas da Agenda de Gestão, designadamente relacionadas com: (i) o reforço da solidez financeira, em particular o Plano de Capitalização, o Plano de Liquidez, o Plano de Desalavancagem orgânica doméstica e o *Business Plan* para 2013-2015; (ii) a gestão do risco, designadamente a implementação do novo modelo operacional de recuperação standardizada, a definição do programa operacional de recuperação especializada, a definição do recurso a agentes externos na recuperação e a atualização e ajustamento de modelos de risco; (iii) a simplificação da organização/eficiência; (iv) a otimização do *mix* de negócio, compreendendo a revisão e atualização dos planos de negócio para Moçambique e Angola e a reavaliação de opções estruturais para a Grécia e Roménia; e (v) o reforço da posição e rentabilidade do negócio em Portugal, abrangendo a conclusão do Projeto M e a concretização do plano de otimização da rede e do modelo de negócio objetivo para PME e Empresas e para Corporate e Banca de Investimento.
- Realização do pré-lançamento da página do M Imóveis integrada no *site* “millenniumbcp.pt” e disponibilização do respetivo aplicativo para *smartphones*.
- Lançamento do novo aplicativo “Gestor de Finanças Pessoais” da App Millennium.
- No âmbito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, o Millennium bcp atribuiu um prémio Microcrédito para Microempreendedores Portadores de Deficiência, visando apoiar a criação de um negócio viável, conforme proposta apresentada por pessoa portadora de deficiência e sem acesso a crédito bancário.
- Inserida na sua política de responsabilidade social, o Millennium bcp lançou, em parceria com o hipermercado Continente, o passatempo subordinado ao tema “Regresso às Aulas” para os fãs da página Millennium Sugere no Facebook, apoiando as famílias portuguesas, através da atribuição de cinco prémios no valor de 100 euros cada, em Cartão Continente, para utilização na aquisição de material escolar.
- No âmbito das Festas da Cidade do Porto, o Millennium bcp inaugurou em julho, em parceria com a Fundação da Juventude, a exposição “Martelinhos de S. João”, através de uma mostra de 150 ideias originais que recriam o martelinho, símbolo das tão conhecidas Festas São Joaninas na cidade Invicta.
- Integrado no programa de Responsabilidade Social “Mais Moçambique pra Mim”, o Millennium bim assinalou a presença em duas etapas distintas inseridas no projeto “Uma Cidade Limpa pra Mim 2012”, através de ações de Limpeza que decorreram na Praia da Costa do Sol e em algumas das principais ruas e avenidas da cidade de Maputo.
- Em concordância com a missão de promoção do desenvolvimento socioeconómico e cultural moçambicano, o Millennium bim estabeleceu uma nova parceria com a Lusomundo Moçambique, possibilitando um vasto leque de regalias aos Clientes comuns.
- Assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Banco Millennium Angola e os Ministérios da Economia e Finanças no âmbito do programa “Angola Investe”, visando estimular os empreendedores angolanos através de uma linha global de financiamento até 1,5 mil milhões de dólares repartidos entre 19 Bancos que operam no mercado.
- Participação do Banco Millennium Angola na 29.ª edição da Feira Internacional de Luanda sobre o lema “Os desafios da Atração de Investimentos”.

- Participação do Banco Millennium Angola na Feira de Recrutamento da *Elite Careers* Angola, pelo 3.º ano consecutivo.
- Disponibilização da opção de acesso aos Depósitos a Prazo para *mobile banking* a clientes do Millennium bank, na Polónia.
- Integração do Bank Millennium no “Respect Index”, pela 4.ª vez consecutiva, que inclui empresas que compõem o Mercado Primário da Bolsa de Valores de Varsóvia e que cumprem os mais altos padrões de *Corporate Governance*, de informação institucional e relações com investidores, bem como as relações comunitárias, ambientais e com os colaboradores.
- No âmbito de um projeto de responsabilidade social, os colaboradores do Bank Millennium participaram, pela 3.ª vez, na construção de um edifício na Polónia, em parceria com a “Habitat for Humanity”, para ajudar doze famílias que necessitam de um lar.
- Distinção do Millennium bcp como “Escolha do Consumidor” em Portugal, pela Consumerchoice - Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor, tornando-se na primeira marca a conquistar este prémio na categoria da “Banca”.
- Distinção da Fundação Millennium bcp, pelo grupo de trabalho nomeado pelo Governo Português, com atribuição da primeira posição no setor da Banca em Portugal e entre todas as Fundações de empresas cotadas em Bolsa, destacando-se pela sua pertinência, eficiência e sustentabilidade.
- Atribuição de três prémios ao ActivoBank no âmbito dos “World’s Best Internet Banks in Europe 2012” pela revista Global Finance: foi galardoado pela 1.ª vez com o prémio “Best in Social Media in Europe” e conquistou pela segunda vez consecutiva os prémios de “Best Consumer Internet Bank in Portugal” e “Best Website Design in Europe”.
- Distinção do Millennium bim, pelo 3.º ano consecutivo, como o “Melhor Grupo Bancário em Moçambique”, atribuído pela revista World Finance.
- Eleição do Banco Millennium Angola, pela 2.ª vez, como “Melhor Banco com capital maioritariamente estrangeiro” em Angola, pela revista EMEA Finance.
- Reconhecimento do Bank Millennium como o melhor e mais “amigável” banco na Internet pela Newsweek no âmbito do ranking “Friendly Bank- Internet Banking”.
- Atribuição ao Bank Millennium do prémio “Best Consumer Internet Bank” na Polónia e “Best Online Deposit, Credit and Investment Product Offerings” na Europa Central e Oriental, pela revista Global Finance.
- Classificação do Bank Millennium pela revista Wprost entre os “Bancos medalhados” - instituições de topo no Programa de Qualidade de Serviço.
- Classificação do Bank Millennium em 2.º lugar pela revista Forbes no que respeita à melhor oferta bancária para as empresas.
- Na sequência da análise das implicações das recentes medidas de recapitalização adotadas pelos bancos portugueses, a Standard & Poor’s decidiu, em 11 de Julho, manter as principais notações de *rating* (Longo e Curto Prazo em “B+”/”B”, respetivamente) e Outlook negativo para o BCP.
- Revisão em alta pela Fitch, em 17 de julho, do *Viability Rating* do BCP de “cc” para “b”, da Dívida Subordinada de “C” para “B-” e das Ações Preferenciais de “C” para “CC”. As notações de *rating* de longo e curto prazo foram reafirmadas em “BB+”/”B”, mantendo-se o *Outlook* negativo.

Acontecimentos posteriores ao 3.º trimestre de 2012

- Anúncio, em 3 de Outubro, pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) e pelo Banco de Portugal sobre os resultados da avaliação final do exercício de capital e cumprimento da recomendação da EBA de dezembro de 2011, informando que o BCP ultrapassou o requisito mínimo de 9% de rácio Core Tier I, incluindo o *buffer* soberano como indicado nessa mesma recomendação.
- Distinção do Millennium Bim, pelo 4.º ano consecutivo, como o “Melhor Banco em Moçambique”, atribuído pela revista EMEA Finance.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A atividade económica mundial abrandou no terceiro trimestre de forma abrangente, tendo o desempenho das economias emergentes sido afetado pelo menor dinamismo do comércio internacional. O Fundo Monetário Internacional projeta taxas de crescimento para o PIB mundial de 3,3% em 2012 e 3,6% em 2013, persistindo uma diferença significativa entre o comportamento esperado para as economias emergentes (crescimento superior a 5%) e as economias avançadas (inferior a 2%).

A curto prazo, o resultado eleitoral nos EUA e as decisões institucionais na União Europeia (a redefinição do programa de ajuda à Grécia, o suporte ao sistema financeiro espanhol e a reforma da arquitetura de supervisão do sistema bancário e de controlo orçamental) constituem fatores de incerteza. A médio prazo, a resolução do endividamento excessivo das economias avançadas e a criação de fatores alternativos de crescimento sustentado nas economias emergentes constituem os principais desafios das políticas económicas.

Os bancos centrais reforçaram as medidas de estímulo não convencionais, por forma a compensar as restrições orçamentais inerentes ao problema do endividamento excessivo e a atenuar o funcionamento deficiente no mecanismo de transmissão monetária, designadamente nos mercados europeus. Nesse âmbito, releva-se a decisão do BCE relativa a execução de transações monetárias definitivas (“Outright Monetary Transactions”), que comportam a aquisição de dívida pública dos Estados membros em mercado secundário, mas sob forte condicionalidade, nomeadamente a existência de um programa de ajustamento global ou preventivo. As transações concentrar-se-ão nas obrigações soberanas com prazo entre um e três anos.

A firmeza imprimida nas orientações de política monetária proporcionou, não obstante a persistência de fatores de incerteza relevantes, uma recuperação significativa do clima de confiança, materializada na valorização de ativos financeiros cíclicos e na redução de prémios de risco, nomeadamente de emissores soberanos europeus, contribuindo para a redução dos custos de financiamento de Portugal e para a emissão de dívida por parte de empresas portuguesas. A taxa principal de refinanciamento do BCE manteve-se em 0,75% mas as taxas de juro Euribor convergiram para novos mínimos (0,2% para a Euribor 3 meses). Apesar da redução dos diferenciais de taxas de juro, a moeda europeia apreciou-se, designadamente face ao dólar, atingindo 1,30 dólares por euro e interrompendo a trajetória de depreciação que perdurava desde meados de 2011.

A atenuação das tensões no seio da EU compensou a deterioração da conjuntura macroeconómica em Portugal. O PIB português decresceu 1,2% em cadeia no segundo trimestre - em linha com a projeção de retração anual próxima de 3,0% mas não dando sequência à melhoria verificada no primeiro trimestre - e a taxa de desemprego manteve uma trajetória ascendente para valores superiores a 15% da população ativa. Não obstante a renegociação das metas para o défice orçamental português, para 5,0% e 4,5% do PIB em 2012 e 2013 respetivamente, o esforço de consolidação orçamental persistirá intenso, com particular incidência na carga fiscal direta, restringendo a capacidade e predisposição à realização de despesa. Deste modo, a conjuntura recessiva deverá prolongar-se em 2013, influenciada pela retração da procura interna. Os efeitos indiretos na atividade económica e diretos, via fiscalidade sobre os produtos financeiros e as empresas, constantes da proposta orçamental acrescentam dificuldade ao contexto adverso enfrentado pelos bancos portugueses.

À semelhança das tendências globais, a atividade económica desacelerou na Polónia, resultado da dinâmica externa inferior, do processo de consolidação orçamental e do esgotamento de impulsos pontuais sobre a procura. A decisão recente de relaxamento dos requisitos associados aos empréstimos a particulares e a previsível adoção de uma política monetária mais expansionista tenderão a minimizar estes efeitos, suportando taxas de crescimento económico superiores a 2% no período 2012/2013. Na Grécia, a extensão e revisão do programa de ajuda não deverá evitar nova recessão em 2013. O FMI estima uma queda do PIB de 6,0% em 2012 e de 4,0% em 2013, completando-se seis anos de conjuntura recessiva.

A região subsaariana tem exibido uma extraordinária resiliência face à instabilidade do contexto externo, persistindo com ritmos de crescimento económicos superiores a 5%. Em Moçambique ressalta a coexistência de um forte crescimento económico (superior a 7%) com desinflação acentuada (inflação inferior a 2% em setembro). Em Angola, o programa de governo sufragado nas eleições gerais de agosto (“Angola 25”) reforça a orientação de política para a estabilidade macroeconómica, em particular, no controlo das pressões inflacionistas, na melhoria dos fatores de competitividade e na condição das finanças públicas. Os mecanismos de apoio ao financiamento das empresas e ao desenvolvimento do mercado de capitais deverão contribuir para a diversificação da atividade económica e ter uma repercussão positiva no negócio bancário.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros nove meses de 2011 e 2012 não foram objeto de auditoria.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11	30 set. 12	30 set. 11	Var. 12/11
Demonstração de resultados									
Margem financeira	770,9	1.196,8	-35,6%	365,8	762,0	-52,0%	405,1	434,8	-6,8%
Rendimento de instrumentos de capital	3,8	1,4	-	2,8	0,8	-	1,0	0,5	-
Resultado de serviços e comissões	516,0	594,5	-13,2%	340,3	419,6	-18,9%	175,7	174,9	0,4%
Outros proveitos de exploração	(40,4)	7,6	-	(42,5)	7,4	-	2,1	0,2	-
Resultados em operações financeiras	358,8	181,2	98,0%	251,4	58,4	-	107,4	122,8	-12,5%
Resultados por equivalência patrimonial	42,9	2,1	>200%	41,2	1,9	>200%	1,8	0,2	>200%
Produto bancário	1.652,1	1.983,6	-16,7%	959,0	1.250,1	-23,3%	693,1	733,5	-5,5%
Custos com o pessoal	550,7	569,2	-3,3%	336,5	361,6	-6,9%	214,1	207,6	3,1%
Outros gastos administrativos	418,0	426,3	-1,9%	222,1	230,1	-3,5%	195,9	196,2	-0,1%
Amortizações do exercício	62,3	70,4	-11,5%	31,0	36,5	-15,2%	31,4	33,9	-7,4%
Custos operacionais	1.031,0	1.065,9	-3,3%	589,6	628,3	-6,2%	441,4	437,7	0,9%
Resultados operacionais antes de provisões	621,1	917,7	-32,3%	369,4	621,8	-40,6%	251,6	295,8	-14,9%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	809,4	764,0	5,9%	627,9	639,6	-1,8%	181,5	124,4	45,8%
Outras imparidades e provisões	184,4	167,0	10,4%	185,1	168,2	10,1%	(0,7)	(1,2)	-
Resultado antes de impostos	(372,8)	(13,3)	-	(443,6)	(185,9)	-	70,8	172,6	-59,0%
Impostos	(59,3)	(174,7)	-	(58,0)	(211,5)	-	(1,3)	36,8	-
Interesses que não controlam	55,6	63,8	-12,8%	(8,0)	1,7	-	63,6	62,1	2,5%
Resultado líquido antes imp. perdas estimadas	(369,1)	97,6	-	(377,6)	23,9	-	8,5	73,7	-88,5%
Imparidade para perdas estimadas ^(*)	427,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido	(796,3)	97,6	-	(377,6)	23,9	-	8,5	73,7	-88,5%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	89.274	95.933	-6,9%	66.998	73.650	-9,0%	22.276	22.283	-0,0%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	66.535	64.552	3,1%	48.703	48.695	0,0%	17.832	15.857	12,5%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	53.838	51.351	4,8%	37.083	36.324	2,1%	16.755	15.027	11,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	47.272	45.312	4,3%	30.651	30.401	0,8%	16.620	14.911	11,5%
Débitos para com clientes titulados	6.566	6.039	8,7%	6.431	5.923	8,6%	135	116	16,6%
Recursos fora de balanço de clientes	12.697	13.201	-3,8%	11.620	12.371	-6,1%	1.077	830	29,8%
Ativos sob gestão	3.642	3.767	-3,3%	2.915	3.214	-9,3%	727	553	31,5%
Produtos de capitalização	9.055	9.434	-4,0%	8.705	9.157	-4,9%	350	277	26,3%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	69.069	73.379	-5,9%	51.776	56.280	-8,0%	17.293	17.099	1,1%
Particulares	34.142	35.141	-2,8%	23.551	24.746	-4,8%	10.591	10.395	1,9%
Crédito hipotecário	29.795	30.592	-2,6%	20.994	22.005	-4,6%	8.801	8.587	2,5%
Crédito ao consumo	4.347	4.549	-4,4%	2.557	2.741	-6,7%	1.790	1.809	-1,0%
Empresas ⁽¹⁾	34.927	38.238	-8,7%	28.225	31.534	-10,5%	6.702	6.704	-0,0%
Serviços ⁽¹⁾	14.271	15.219	-6,2%	12.250	13.225	-7,4%	2.021	1.994	1,4%
Comércio	3.688	4.440	-16,9%	2.441	3.195	-23,6%	1.247	1.245	0,1%
Construção	4.613	5.500	-16,1%	3.714	4.710	-21,1%	899	790	13,9%
Outros	12.355	13.079	-5,5%	9.820	10.403	-5,6%	2.535	2.675	-5,2%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	4.589	3.541	29,6%	3.632	2.808	29,3%	957	733	30,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias	4.319	3.247	33,0%	3.419	2.565	33,3%	900	682	31,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,3%	4,3%	-	6,6%	4,4%	-	5,2%	4,0%	-
Imparidade do crédito (balanço)	4.109	3.102	32,4%	2.880	2.449	17,6%	802	653	22,7%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	5,9%	4,1%	-	5,6%	4,2%	-	4,6%	3,8%	-
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,1%	95,5%	-	84,2%	95,5%	-	89,1%	95,7%	-
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	239	135	-	162	146	-	140	97	-

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 2.256 milhões de euros em 30 de setembro de 2011.

(*) Dotações para imparidades relacionadas com perdas estimadas na subsidiária na Grécia que, conjuntamente com as dotações efetuadas nas contas da subsidiária, apresentam um incremento do nível de imparidades face ao trimestre anterior ao atingirem 543,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2012.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011

	30 setembro 2012	30 setembro 2011
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	2.770.427	2.984.471
Juros e custos equiparados	(1.999.514)	(1.787.684)
Margem financeira	770.913	1.196.787
Rendimentos de instrumentos de capital	3.820	1.354
Resultado de serviços e comissões	516.025	594.540
Resultados em operações de negociação e de cobertura	349.003	154.895
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.705)	26.004
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.510	284
Outros proveitos de exploração	(39.861)	(1.826)
	1.609.705	1.972.038
Outros resultados de atividades não bancárias	15.456	14.916
Total de proveitos operacionais	1.625.161	1.986.954
Custos com o pessoal	550.664	569.225
Outros gastos administrativos	418.006	426.290
Amortizações do exercício	62.337	70.415
Total de custos operacionais	1.031.007	1.065.930
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	594.154	921.024
Imparidade do crédito	(1.236.615)	(764.000)
Imparidade de outros ativos financeiros	(28.820)	(142.514)
Imparidade de outros ativos	(121.745)	(61.672)
Outras provisões	(33.872)	37.192
Resultado operacional	(826.898)	(9.970)
Resultados por equivalência patrimonial	42.921	2.133
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(15.986)	(5.498)
Resultado antes de impostos	(799.963)	(13.335)
Impostos		
Correntes	(52.791)	(57.076)
Diferidos	112.075	231.802
Resultado após impostos	(740.679)	161.391
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	(796.306)	97.601
Interesses que não controlam	55.627	63.790
Resultado do período	(740.679)	161.391
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,15)	0,01
Diluído	(0,15)	0,01

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de setembro de 2012 e de 2011 e 31 de dezembro de 2011

	30 setembro 2012	31 dezembro 2011	30 setembro 2011
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.535.908	2.115.945	1.790.255
Disponibilidades em outras instituições de crédito	749.492	1.577.410	1.552.278
Aplicações em instituições de crédito	2.505.275	2.913.015	1.773.647
Créditos a clientes	64.960.446	68.045.535	72.532.358
Ativos financeiros detidos para negociação	1.670.516	2.145.330	3.172.950
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.391.544	4.774.114	3.699.834
Ativos com acordo de recompra	34.239	495	55.205
Derivados de cobertura	232.048	495.879	560.754
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.659.790	5.160.180	5.505.407
Investimentos em associadas	475.004	305.075	306.906
Ativos não correntes detidos para venda	1.126.481	1.104.650	1.065.713
Propriedades de investimento	559.092	560.567	514.403
Outros ativos tangíveis	605.831	624.599	615.606
Goodwill e ativos intangíveis	248.971	251.266	397.048
Ativos por impostos correntes	26.300	52.828	27.785
Ativos por impostos diferidos	1.614.215	1.564.538	1.272.787
Outros ativos	878.867	1.790.650	1.089.564
	89.274.019	93.482.076	95.932.500
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	16.093.927	17.723.419	19.656.038
Depósitos de clientes	47.271.348	47.516.110	47.567.701
Títulos de dívida emitidos	14.267.987	16.236.202	14.799.553
Passivos financeiros detidos para negociação	1.360.622	1.478.680	1.440.934
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	221.221	2.578.990	3.451.504
Derivados de cobertura	302.651	508.032	539.801
Provisões	277.532	246.100	218.601
Passivos subordinados	4.327.995	1.146.543	1.090.510
Passivos por impostos correntes	2.366	24.037	10.823
Passivos por impostos diferidos	3.118	2.385	1.803
Outros passivos	1.312.924	1.647.208	1.474.051
	85.441.691	89.107.706	90.251.319
Capitais Próprios			
Capital	3.000.000	6.065.000	6.065.000
Títulos próprios	(13.965)	(11.422)	(77.396)
Prémio de emissão	71.722	71.722	71.722
Ações preferenciais	171.175	171.175	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	9.853
Reservas de justo valor	(87.235)	(389.460)	(374.082)
Reservas e resultados acumulados	871.749	(1.241.490)	(1.639.928)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	(796.306)	(848.623)	97.601
	3.226.993	3.826.755	5.152.770
Interesses que não controlam	605.335	547.615	528.411
	3.832.328	4.374.370	5.681.181
	89.274.019	93.482.076	95.932.500